



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

1 Informações Gerais

Ata 4ª Reunião Ordinária

Data: 02/10/2015

Horário: 09h30min

Local: Sala da Comissão Permanente de Segurança, 2º andar, Tribunal de Justiça

Pauta:

1. Apresentação dos principais resultados do Relatório Justiça em Números 2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
2. Apresentação das metas nacionais relativas à Justiça Estadual, pré-aprovadas na II Reunião Preparatória do Encontro Nacional do CNJ;
3. Apresentação do Plano de Ação atualizado do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau e definição das ações prioritárias.

Ata elaborada por: José Marcelo Maia Nogueira, Servidor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag)

2 Participantes

Cargo	Nome
Desembargador(a) Coordenador(a)	Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria	Dr. Demétrio Saker Neto (suplente)
Magistrado(a) eleito(a) por votação direta	Dra. Samara de Almeida Cabral (suplente)
Magistrado(a) escolhido(a) pela Presidência	
Servidor(a) eleito(a) por votação direta	Roberto Eudes Fontenele Magalhães
Servidor(a) escolhido(a) pela Presidência	Denílson da Nóbrega Silveira
Secretário de Finanças	Alex Araújo
Secretário de Planejamento e Gestão	José Joaquim Neto Cisne
Juiz / Indicado pela ACM	Dr. Ricardo Alexandre da Silva Costa
Servidor / Indicado pelo SindJustiça	Hadjefferson Marreiro e Silva
Servidora da Seplag	Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá

3 Discussão da Pauta

1. A Exma. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, Coordenadora do Comitê Gestor da Política

de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, abriu a reunião pedindo para que as pessoas presentes dedicassem atenção em ater as discussões aos pontos de pauta.

2. Em seguida, deu-se início à discussão do primeiro ponto da pauta quando o Sr. Alan Pereira de Vasconcelos, servidor da Divisão de Estatísticas da Seplag-TJCE, apresentou dados relativos ao Relatório Justiça em Números 2015 (ano-base 2014) nos quais o TJCE teve bons resultados ou, por outro lado, necessitam de atenção por parte do Comitê. Destacou-se na apresentação a informação de que o TJCE obteve um significativo aumento da quantidade de processos baixados. No tocante ao 1º grau, o aumento foi de 15%, o que significa que se reduziu o estoque de processos do 1º grau em 15%.
3. Acerca das taxas de congestionamento relativas a “Execução Judicial com Pena Não Privativa de Liberdade” (99%) e “Execução Judicial com Pena Privativa de Liberdade” (83%), a Coordenadora do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau questionou o motivo de tão altas taxas, ao que diversos dos outros magistrados presentes reforçaram o questionamento. A principal dúvida foi com relação ao fato de um processo de execução penal só poder ser baixado após o término do cumprimento da pena da pessoa condenada, ou seja, um dado que não depende da celeridade na resolução do conflito por parte do magistrado nem da respectiva vara.
4. Restou, como providência a ser tomada, uma consulta à Divisão de Estatísticas da Seplag e/ou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de tratar dos questionamentos levantados no item anterior.
5. Ainda com relação à taxa de congestionamento, o Secretário de Planejamento e Gestão, Dr. José Joaquim Neto Cisne, comunicou aos membros do Comitê sobre avanços no trabalho empreendido pela Seplag que permitirá a medição da taxa de congestionamento por unidade de trabalho judiciário. Segundo o Secretário, tal medida ajudará muito no cálculo da eficiência de cada unidade, bem como na obtenção de informações gerenciais mais detalhadas que propiciarão ações mais diretas de combate ao congestionamento judiciário.
6. Adentrando ao ponto de pauta seguinte, a Diretora do Departamento de Estratégia e Projetos, Sra. Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá, efetuou apresentação relativa à construção de metas nacionais que vem sendo empreendida pelo CNJ e pela Rede de Governança da qual o TJCE faz parte. A Diretora explicou que os pontos expostos tratavam-se de propostas de metas já em construção e discussão em meio ao Judiciário de todo o país e que o TJCE, como membro da Rede de Governança Colaborativa, bem como o Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau tiveram a oportunidade de sugerir metas anuais a serem discutidas nacionalmente nesta mesma dinâmica. Em seguida, foi explicado que tais metas seguirão como propostas até que venham a ser finalmente aprovadas, modificadas ou rejeitadas no IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorrerá junto a todos os presidentes de tribunais do país até o final deste ano.
7. Dentre as propostas de metas apresentadas, houve destaque para “Implementar projeto com equipes capacitadas para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou especializando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31/12/2016” e “Mapear 100% das competências das funções da justiça de Primeiro e Segundo Graus, até 31/12/2006, para subsidiar a implantação da gestão por competências”. Caso a primeira venha a ser aprovada, fica a recomendação de que o TJCE se valha, para auxiliar no alcance da meta, do termo de cooperação técnica para difundir e implementar as práticas da Justiça Restaurativa como estratégia de pacificação de conflitos e violência envolvendo crianças e adolescentes estabelecido em junho de 2015 com a ONG *Terre des Hommens*. Quanto à segunda proposta, caso seja aprovada, o TJCE já a teria cumprido, considerando-se os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas com o auxílio da consultoria Instituto Publix, que permitiram mapear 100% das competências do quadro funcional do TJCE.
8. Ademais, há a proposta/perspectiva de renovação, para 2016, de metas já existentes em 2015 e anos anteriores, quais sejam: “META 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, “META 2: Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais”,

“META 4: Identificar e Julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013” e “META 6: Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau, e até 31/12/2014, no 2º grau”.

9. Por fim, a Diretora do Departamento de Estratégia e Projetos informou que, após termos as metas de 2016 aprovadas, será necessário todo um trabalho para a devida divulgação junto às unidades envolvidas, bem como para inserção das mesmas no Plano Estratégico 2015-2020, trabalho este que será melhor conduzido caso se possa contar com a valiosa ajuda do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.
10. No terceiro ponto da pauta, a Diretora do Departamento de Estratégia e Projetos apresentou a proposta de Plano de Ação atualizada para Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, ações estas, na medida do possível, ligadas a projetos estratégicos abrigados pelo Plano Estratégico 2015-2020. O propósito de se empreender o Plano de Ação em questão é possibilitar o apoio institucional do Comitê junto aos patrocinadores e gerentes dos projetos estratégicos que vierem a ser priorizados, resultando, assim, numa atuação direta do Comitê junto a projetos cujo propósito é beneficiar a melhoria do serviço prestado pelo 1º grau de jurisdição à sociedade. Cabe, portanto, ao Comitê determinar quais ações, vinculadas a quais projetos, ele decidirá priorizar.
11. Abrindo a exposição da proposta de Plano de Ação para o Comitê, a Diretora destacou inicialmente as iniciativas nas quais o Comitê poderia atuar, porém, que não tinham relacionamento direto com os projetos estratégicos do Plano 2015-2020.
12. Desse rol, a primeira iniciativa abordou a importância de haver grupo de pesquisa acadêmica cujos objetos de estudo se focassem no Judiciário e nos problemas que dificultam a melhoria de sua prestação de serviços. No ensejo, informou sobre grupo de estudo já existente na Esmec normatizado para funcionar com o propósito citado. O Secretário de Planejamento e Gestão adicionou, então, à discussão informação relativa à parceria estabelecida entre TJCE e Uece visando a oferecer curso de “Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e Gestão”, parceria esta que, de acordo com o Secretário, certamente auxiliaria no propósito de elaboração de estudos sobre o Judiciário. Apesar do desconhecimento dos membros do Comitê acerca do citado grupo de estudos sediado na Esmec, foi deliberada a emissão de comunicação do Comitê para a Esmec informando do interesse deste em colaborar nos trabalhos do citado grupo sugerindo, por exemplo, temáticas de pesquisa relevantes para a melhoria dos serviços prestados no 1º grau de jurisdição. Em seguida, a magistrada suplente do Comitê, Dra. Samara de Almeida Cabral, sugeriu também se verificar a possibilidade de estabelecimento de parceria e/ou aproximação com a FGV, uma vez que esta promove o curso “Gestão em Poder Judiciário”.
13. A segunda ação tratou de medida que visa a fortalecer a gestão participativa por meio de fórum de diálogo envolvendo o TJCE, instituições do sistema judicial e a sociedade. Desse fórum, espera-se a discussão e produção de propostas que possam promover a inovação no serviço prestado pelo Judiciário. Na oportunidade, a Coordenadora do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau informou que a minuta de instituição do citado fórum já se encontra com a Exma. Presidente do TJCE, Des. Iracema Vale, que analisará a proposta e dará retorno tão logo for possível.
14. Por sua vez, a terceira ação tratou da elaboração do Plano de Gestão da Logística Sustentável do TJCE. Este plano buscará promover e fortalecer a sustentabilidade nos processos de compra, de contratação e de trabalho do Judiciário do Ceará. Tem o dia 11 de outubro para sua conclusão.
15. Ao término da exposição destas três ações, o Secretário de Finanças, Dr. Alex Araujo, e a magistrada suplente do Comitê, Dra. Samara de Almeida Cabral, questionaram a interação de tais ações com a atividade finalística do 1º grau, ao que a Diretora do Departamento de Estratégia e Projetos explicou que a apresentação desses itens foi feita para propiciar ao Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau a possibilidade de alguma(s) delas virem a ser priorizadas para acompanhamento e atuação direta por parte do Comitê. Explicou, então, que as ações a serem expostas a seguir guardavam relação mais direta com a atividade-fim do 1º Grau.

16. Nessa linha, a magistrada suplente do Comitê, externou a preocupação de que “frente a todas essas ações, onde os esforços do Comitê serão aplicados?”. A Diretora do Departamento de Estratégia e Projetos e a Coordenadora do Comitê lembraram, então, a importância de o Comitê escolher e limitar o número de ações às quais o Comitê priorizará.
17. Este reforço serviu de introdução para a exposição dos projetos estratégicos que possuem relação direta com o 1º grau de jurisdição, dentre os quais deverão ser escolhidos aqueles que o Comitê priorizará para apoiar suas respectivas execuções e gerenciamentos.
18. Com isso, foi apresentada a lista de projetos estratégicos com a qual a Diretora procurou fazer caracterizações de seus escopos enquanto estabelecia relações de interesse do Comitê a fim de propiciar a escolha dos projetos a serem priorizados. Os projetos apresentados foram:
 - a) Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo;
 - b) Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;
 - c) Aprimoramento da Justiça Criminal;
 - d) Instituição do Modelo de Governança do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
 - e) Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
 - f) Criação de política de atendimento ao jurisdicionado;
 - g) Implantação de Identificação visual;
 - h) Melhoria da acessibilidade física nos prédios do Poder Judiciário cearense;
 - i) Criação de Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos (CEJUSAC);
 - j) Melhoria das estatísticas processuais;
 - k) Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas;
 - l) Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Fiscais;
 - m) Garantia da efetividade das audiências;
 - n) Ampliação e aprimoramento da segurança institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
 - o) Implantação do processo eletrônico nas comarcas do interior;
 - p) Criação de Secretarias Únicas Especializadas;
 - q) Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Cíveis.
19. Após caracterização de cada um dos projetos listados e de discussões a cerca de outras ações importantes, as quais não estavam no rol dos projetos estratégicos apresentados, o Comitê resolveu por concentrar a priorização de seus esforços nas seguintes iniciativas:
 - a) Projeto Estratégico “Criação de política de atendimento ao jurisdicionado”;
 - b) Projeto Estratégico “Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Cíveis”;
 - c) Projeto Estratégico “Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Fiscais”;
 - d) Estruturação do Centro Judicial de Soluções Alternativas de Conflitos (Cejusc) de Fortaleza;
 - e) Implantação de vídeoconferência nas unidades judiciárias..
20. Comentando a escolha desses projetos para priorização, a magistrada suplente do Comitê enfatizou a importância das soluções alternativas de conflitos como o ramo pelo qual a Justiça tende a se desenvolver no futuro. Já sobre a potencialidade de sucesso destes e de outros projetos que envolvam o 1º grau, a magistrada colocou reflexão acerca do papel do Comitê em engajar e reunir os esforços de diversas pessoas que se encontram isoladamente motivadas Estado afora. A magistrada registrou, ainda, sua disponibilidade em colaborar com os trabalhos de reestruturação

do Cejusc Fortaleza.

21. Por sua vez, o magistrado indicado pela Associação Cearense de Magistrados, Dr. Ricardo Alexandre da Silva Costa reforçou a necessidade de se priorizar as execuções fiscais e cíveis e sugeriu atuação de um possível grupo de execuções junto ao grupo de descongestionamento coordenado pelo Exmo. Des. Inácio de Alencar Cortez Neto. O magistrado afirma que execuções são processos simples, mas geralmente não priorizados.
22. Por fim, restou indicativo de a próxima reunião do Comitê ocorrer no dia 06 de novembro de 2015. Definiu-se, ainda, que a frequência das reuniões do Comitê se manterá sempre às primeiras sextas-feiras do mês.

4 Compromissos

Descrição	Prazo	Responsável
Consulta à Divisão de Estatísticas da Seplag e/ou ao Conselho Nacional de Justiça a fim de tratar dos questionamentos levantados com relação aos indicadores de execução penal (item 4 da discussão de pauta).	Imediato	Seplag
Emissão de comunicação do Comitê para a Esmec sugerindo temáticas de pesquisa relevantes para a melhoria dos serviços prestados no 1º grau de jurisdição.	16/10	Seplag e Desembargadora Coordenadora
Coleta de informações, junto à Secretaria de Tecnologia (Setin) e ao Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) acerca de proposta de projeto relacionada à implantação da videoconferência nas unidades judiciárias	16/10	Seplag
Verificar a viabilidade de se criar grupo que trate de execuções junto ao trabalho já desenvolvido pelo grupo de descongestionamento coordenado pelo Exmo. Des. Inácio de Alencar Cortez Neto.	16/10	Seplag e gerentes dos projetos de reestruturação e aprimoramento das execuções cíveis e fiscais

5 Aprovações

Segue ATA da reunião realizada no dia 02/10/2015 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 19/10/2015. Caso não haja sugestões de alterações, a ata será considerada aprovada.